

AFRO-BRASILIDADE NA ESCOLA: UMA QUESTÃO MIDIÁTICA

Fernanda de Araújo Patrocínio¹

Resumo:

Este artigo traz as produções editoriais didáticas embasadas na lei 10.639/2003, que trabalhem o direito à afro-brasilidade e a apropriação dos professores, afim da promoção da Educação inclusiva baseada nos Direitos Humanos. A afro-brasilidade e o racismo institucionalizado são interpretados aqui a partir de sua carga mediática. Nos baseamos na pesquisa bibliográfica e no uso da narratologia para a análise dos curtas selecionadas para o *corpus*. Além disso, é feito o uso de entrevistas fechadas para conhecermos as apropriações de docentes de São Paulo e do Rio Grande do Sul acerca de produções editoriais didáticas voltadas à afro-brasilidade.

Palavras-chave: Afro-brasilidade; lei 10.639/2003; racismo institucionalizado; produção editorial didática; identidade.

Introdução

Este artigo é uma amostra dos resultados colhidos na dissertação de mestrado *O livro e o axé, o erê com Ganga Zumba: representações afro-brasileiras na produção editorial didática voltada à lei 10.639/2003 e apropriação dos professores*, defendida em março de 2016, na Universidade Federal de Santa Maria/RS, sob a orientação da Prof^a Dr^a Rosane Rosa. No trabalho, observamos como a afro-brasilidade é representada em produtos editoriais didáticos, após a implementação da lei 10.639/2003 (considerada em nosso trabalho uma política pública), que institucionaliza o direito ao acesso à História e à cultura afro e afro-brasileira nas escolas. Além disso, verificamos, por intermédio de um questionário a professores dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, como

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: faraujopatrocinio@gmail.com

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

funciona a apropriação destes com relação à lei e ao material analisado, no que diz respeito ao acesso cidadão da afro-brasilidade e ao combate ao racismo.

As reflexões acerca da representação da cultura afro-brasileira na sociedade brasileira atual é o ponto central para este trabalho. Considerando o contexto da globalização neoliberal, problematiza-se esta África fragmentada e que ajuda a compor a identidade, a representação e a cultura brasileira. Reconhecemos a legitimação de políticas públicas inclusivas com relação à afro-brasilidade, mas questiona esta democracia que, apesar dos avanços sociais no último século, ainda precisa institucionalizar a necessidade e o direito do cidadão brasileiro em aprender sobre as raízes africanas que compõem nossa cultura. Retomando Milton Santos (2002) e Boaventura de Sousa Santos (2009), pensamos que esta necessidade revela ainda a ocorrência de um olhar do Norte com relação ao Sul, ou seja, uma epistemologia imperialista e colonialista, que utiliza o Norte como padrão político-social-simbólico para interpretar o contexto brasileiro. Desse modo, a busca pelo reconhecimento da plena cidadania afro-brasileira vem como uma tentativa de superação de tal pensamento opressor.

O título da dissertação remete a esta busca pela cidadania intermediada pela Educação. O livro e o axé dizem respeito à relação do conhecimento formal pelo instrumento livro com a força sagrada que remete ao candomblé e à ancestralidade. Por isso, o erê, que quer dizer criança ou o espírito infantil, relaciona-se ao Ganga Zumba – metáfora para o professor, resgatando o nome do primeiro líder do Quilombo dos Palmares, o tio de Zumbi. As representações e apropriações que verificaremos neste trabalho são frutos justamente das respostas acerca de tais relações, intermediadas aqui por dois curtas-metragens e pelas respostas dos professores de Santa Maria/RS e Mogi das Cruzes/SP em entrevistas fechadas. As produções midiáticas escolhidas para a análise são a cartilha

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

*Relações étnico-raciais e de gênero*² (2007) e seus dois módulos: “Ética” e “Convivência democrática” – mais precisamente, os dois curtas-metragens que as compõem, sendo eles *O xadrez das cores* e *Vista minha pele*, respectivamente.

O curta-metragem *O xadrez das cores* (2004) é proposto para se trabalhar a questão das diferenças, sobretudo o racismo e a tensão entre classes sociais. Nele evidencia-se uma relação hostil e abusiva, com resquícios colonialistas entre uma patroa branca e uma empregada negra. A relação se constrói em torno do jogo de xadrez que funciona como metáfora das relações sociais, baseadas no poder e na mobilidade social, considerando sua força produtiva e os atores sociais.

Vista a minha pele (2003) também propõe o debate em sala de aula acerca das questões raciais. Além disso, traz, como proposta para o diálogo, o exercício da empatia, uma vez que na película se invertem as posições sociais. Enquanto os negros são a hegemonia sociocultural e representacional naquela sociedade relatada, os brancos, em sua maioria, são a periferia, ligados à pobreza e à escravidão. Na trama, Maria, uma aluna branca e pobre de um colégio privado, sonha em vencer o concurso Miss Festa Junina. Para ajudar a amiga a realizar seu sonho, Luana, aluna negra do mesmo colégio que Maria, não mede esforços. Luana é filha de um diplomata e já morou em países pobres como Alemanha e Inglaterra (segundo a lógica ficcional do enredo) e ricos, como a África do Sul. Maria, por sua vez, é filha de uma faxineira da escola – a garota vive com seu pai e sua mãe na periferia da cidade.

Para a interpretação destes produtos midiáticos que compõem as cartilhas mencionadas, considera-se como ferramenta a análise narratológica na representação da

² A série *Relações étnico-raciais e de gênero* é composta por quatro módulos, que são divididos nas seguintes cartilhas: módulo 1 “Ética”; módulo 2 “Convivência democrática”; módulo 3 “Direitos Humanos”; e módulo 4 “Inclusão social”.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

cultura afro-brasileira (ou seja, nomeações, adjetivações, ações atribuídas, conflitos, tensões e negociações), fundamentada nos 10 valores civilizatórios afro. Tais valores são: circularidade, religiosidade, corporeidade, musicalidade, cooperativismo/comunismo, ancestralidade, memória, ludicidade, energia vital (axé) e oralidade.

Estigma e identidade

Para as nossas interpretações, é preciso também lembrar que o racismo foi um forte instrumento imperialista na história das Américas – sendo utilizado como tentativa de supremacia entre povos europeus ocidentais e o resto do mundo. O corpo, desta forma, pode ser interpretado como uma questão de classe e não como uma performance. No caso aqui estudado, o corpo negro é uma questão de luta de classe, em prol da afirmação e do reconhecimento de indivíduos, sua cultura e sua História – o corpo como representação social, política e de experiência.

Desta maneira, destacamos a importância do conceito de resiliência para entendermos tais classificações do corpo. Lucienia Martins (2013, p.72-74), entende por resiliência:

Nos últimos anos, a ciência tem levantado questões que buscam explicar a capacidade desenvolvida pelas pessoas, de superação de adversidades. O fato é que diante de situações e de condições semelhantes, algumas pessoas paralisam-se, enquanto outras buscam recursos internos e externos que as favoreçam para a superação de tais situações, sendo que, em alguns casos, pode até haver fortalecimento da pessoa depois da vivência traumática. [...]A palavra resiliência vem do latim *resilio* e significa saltar, voltar, recuar, fortalecer-se, encontrar-se, romper, transformar-se, ou seja, reconstruir-se de forma assertiva, positiva, encorajando-se depois do momento de infortúnio, mal-estar e infelicidade. As múltiplas definições de resiliência convergem para a capacidade dos objetos, dos materiais e dos seres vivos de se reinventarem usando a sua faculdade de transformação. (MARTINS, 2013, p. 72-74)

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

Considerando a História afro e afro-brasileira, a classificação da experiência com o corpo calcada na identidade (mutável) de cada indivíduo está relacionada à superação e à capacidade de transformação e reinvenção dos sujeitos perante seus tempos. A resiliência é notada justamente porque há o estigma do negro no Brasil – é devido ao estigma que há o preconceito e o racismo. Com relação ao corpo afro, sobretudo, o cabelo *black power*, nota-se nos discursos as fases para a construção de estigma (GOFFMAN, 1963). A primeira é a atribuição de características que distinguem aquele corpo dos demais – binaridade branco e negro. A segunda é a valorização da característica como negativa. A terceira é a generalização negativa do atributo, ditando tratamento e modo de olhar – exercendo forte coerção e exclusão. A quarta é a desvalorização social daqueles que possuem o cabelo crespo.

Ao alisar o cabelo, a mulher negra negocia sua entrada em campos simbólicos considerando suas fragilidades perante a hegemonia: o gênero e a etnia. Tanto manter o cabelo natural quanto mudar sua estrutura estão ligados ao corpo enquanto experiência, negociação e aceitação do *self* e sua identidade. Ao mesmo tempo, o corpo social é notado pela sua representação: se liso, como submissão às imposições hegemônicas, usado como estratégia dentro do jogo social; se étnico, como símbolo da luta e da resistência de um povo. O corpo político, por sua vez, nota-se no *black power*, enquanto novo elemento a ser inserido no jogo social – não sendo obrigatória a submissão aos padrões hegemônicos. Botezini (2014) explica também que o cabelo está relacionado às dimensões pessoal, social e política, ao mesmo tempo que representa resistência, afirmação e auto reconhecimento. No filme *Vista minha pele*, nota-se tais pontos, uma vez que o cabelo das personagens é um dos pontos fortes da trama, devido à negociação feita – a jovem branca, que gostaria de ser negra, usa o cabelo com trancinhas para se sentir próxima da imagem hegemônica na trama.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

A organização dos movimentos civis, sobretudo, negro e sua força entre as décadas de 1960 e 1980 estão relacionadas ao momento histórico vivido – relembrando que aconteciam as lutas de descolonização no continente africano. Figuras como Afrika Bambaataa, Nina Simone, James Brown, Martin Luther King, Fela Kuti, Dona Ivone Lara, Elza Soares, Martinho da Vila e outras referências ligadas ao samba de raiz e às escolas de samba, eram as representações populares da música na época – sendo assim, da cultura popular. Da mesma forma que Beyoncé, Jay Z (e Blue Ivy), John Legend, Mano Brown e os Racionais, MC Soffia, MC Ludmilla, Thiaguinho e novos nomes do samba representam a cultura popular hoje. MC Soffia pode ser entendida como a renovação: tem apenas 11 anos e suas letras contam o cotidiano de uma menina negra, sempre reverenciando a África e a ancestralidade. É por intermédio destas representações que as lutas e o movimento negro ganham novos elementos narrativos e são incorporados na cultura de massa.

Programas humorísticos televisivos, muitas vezes, reforçaram tais ideias no decorrer das últimas décadas, por exemplo, assim como a inferiorização do negro nestes quadros. Em *Zorra Total*, da Rede Globo, a personagem Adelaide (interpretada pelo ator branco Rodrigo Sant’Anna) é composta por recursos de maquiagem para representar uma negra, além disso, apresenta como característica o fato de ser desdentada e relapsa – ao encontrar uma palha de aço, a personagem afirmou que se tratava do cabelo de sua filha. O personagem Mussum (interpretado pelo ator Antônio Carlos Bernardes Gomes), no humorístico *Os Trapalhões*, da mesma emissora, era sempre associado à embriaguez, à malandragem e era chamado de crioulo. Tais exemplos enfatizam a interpretação do negro a partir do estereótipo, do estigma e da inferiorização – resquícios colonialistas.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

A relação entre a tríade indivíduo, cultura e identidade cultural dá-se como uma intersecção matemática e nas ações que dizem respeito à identidade há sempre disputa. O indivíduo atua de forma subjetiva, ou seja, dentro do processo de se tornar um sujeito, para, então, agir na disputa hierárquica da identidade. A diferença, por sua vez, também advém de uma produção simbólica e discursiva e, assim como a identidade, também é uma relação social. Segundo Tadeu da Silva (2009, p. 81), tanto a identidade quanto a diferença são atreladas às relações de poder e são disputadas, uma vez que são sempre impostas.

O estereótipo

Considerando a experiência da colonização, destaca-se o conceito de estereótipo, segundo Bhabha (2010). Para ele este é um aspecto importante do discurso colonial. Ele afirma que o estereótipo é a principal estratégia do discurso colonialista, já que é um modo de representação paradoxal: “Conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca” (2010, p. 117).

A reprodução de conjunturas históricas e a marginalização podem influenciar tanto no convívio social quanto no conhecimento histórico. Assim, este torna-se passível de erros e de distorções (ainda colonialistas) em conteúdos pedagógicos, prejudicando a formação dos cidadãos e o reconhecimento dos indivíduos perante a História.

Com relação ao problema da discriminação, Bhabha (2010, p. 135) o destaca como efeito político do discurso estereotipado – sendo relacionado às questões de “raça” e de “pele”. Considerando o fetichismo e seus usos, para a compreensão do discurso racista, Bhabha retoma Franz Fanon e o esquema epidérmico. Ou seja:

A pele, como significante chave da diferença cultural e racial no estereótipo, é o mais visível dos fetiches, reconhecido como “conhecimento geral” em uma série de

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

discursos culturais, políticos e históricos, e representa um papel público no drama racial que é encenado todos os dias nas sociedades coloniais. Em segundo lugar, pode-se dizer que o fetiche sexual está intimamente ligado ao “objeto bom”; é ele o elemento do cenário que torna o objeto todo desejável e passível de ser amado, o que facilita as relações sexuais e pode até promover uma forma de felicidade. O estereótipo também pode ser visto como aquela forma particular, “fixada”, do sujeito colonial que facilita as relações coloniais e estabelece uma forma discursiva de oposição racial e cultural em termos da qual é exercido o poder colonial. (BHABHA, 2010, p. 135)

No trecho, o autor ressalta as sanções políticas e históricas impregnadas nos discursos estereotipados. Além disso, ressalta o caráter subserviente do negro pronto para satisfazer (gerar “felicidade”) o poder colonial. Bhabha (2010, p. 141) destaca ainda a cadeia de significação estereotípica, que é “Misturada e dividida, polimorfa e perversa, uma articulação da crença múltipla” (2010, p. 141). Ele continua explicando que o negro é colocado como o selvagem/canibal ao mesmo tempo que ocupa o lugar da obediência e da servidão (servo, o que serve comida); ao mesmo tempo representa a encarnação sexual e a inocência da criança. Retrata-se aqui, então, a separação – seja ela “*Entre* raças, culturas, histórias, *no interior de* histórias – uma separação entre o antes e o depois”, que se repete obsessivamente (2010, p.141).

Racismo institucionalizado

Segundo Fabiana Moraes (2013, p. 66), a cor escura da pele pode provocar julgamentos, imprecisões e mesmo gestos preconceituosos dos educadores dentro da sala de aula – e entre os estudantes também. Nota-se que a cor da pele é tida como uma construção social, que pode, até mesmo, determinar o sucesso ou não de um indivíduo dentro de uma sociedade plural, porém racista.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

Jovens negros ainda são recordistas na evasão escolar – vide que, somente em 2015, cerca de 51% dos jovens negros entre 15 e 17 anos estão matriculados no Ensino Médio, ou seja, 49%, dos antes matriculados no Ensino Fundamental, desistiram. Moraes (2013, p. 68) conclui que, dentre os vários fatores para este índice de evasão, está a dificuldade de interação e o desânimo perante um sistema formal em um ambiente nem sempre favorável à pluralidade.

Com relação às dificuldades encontradas pelos professores em lidar com a temática afro-brasileira e mesmo se relacionar com alunos de variadas etnias, Moraes (2013, p. 69) destaca também os desencontros com relação à auto declaração e à classificação subjetiva dos professores com relação ao reconhecimento de cor/etnia de seus alunos. Vale ressaltar que, no Brasil, a classificação étnica é muito ligada à pigmentação da pele de cada indivíduo – considerando-se, por vezes, a ancestralidade como segundo plano. Possibilitar que o aluno se autodeclare está ligada à noção de pertencimento e reconhecimento do indivíduo em grupo, a qual deveria ser trabalhada e respeitada dentro do ambiente escolar – sem a interferência da classificação externa. Ceder à classificação baseada no etnocentrismo é também negar o direito à afro-brasilidade e marginalizar indivíduos, sua cultura e ancestralidade.

A efetivação de uma política social dá-se quando a retórica passa a ser uma ação concreta. Sendo assim, a efetivação da lei 10.639/2003, a fim de garantir a cidadania afro-brasileira a qualquer cidadão brasileiro, por intermédio da representação, sobretudo, é entendida a partir de ações no ambiente escolar. Para que tais ações possam acontecer e, consequentemente, chegarmos à conscientização social, é preciso compreender esta transição entre o retórico, que remete às diretrizes da lei referida, e a ação em si – aquilo

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

que se faz para garantir o acesso à cultura e à História afro-brasileira e para combater o racismo.

Considerando a extensão do Brasil, escolhemos dois Estados – São Paulo e Rio Grande do Sul – para a aplicação de entrevistas fechadas, com o objetivo de investigar a recepção e a aplicação da lei em estudo, bem como o uso e a apropriação da produção editorial didática sobre a temática da cultura afro. O universo amostral compreendeu os responsáveis pela Educação para Relações Étnico-Raciais e Afro nas Diretorias de Ensino jurisdicionadas às Secretarias Estaduais de Educação de São Paulo e do Rio Grande do Sul, além dos professores de História, Arte e Língua Portuguesa dos municípios de Mogi das Cruzes (SP) e Santa Maria (RS)

As perguntas feitas para os docentes de São Paulo e do Rio Grande do Sul foram encaminhadas por intermédio da Secretaria Estadual de Educação de cada Estado, a partir de um *link*. Esta ação se deu devido à preocupação em legitimar a pesquisa, implicando, para tal, na aproximação via órgão oficial. As entrevistas fechadas são compostas por 19 questões, tendo como diferencial somente a questão 18, que trata, especificamente, de programas e ações autônomas de cada Estado para trabalhar a lei 10.639/2003, suas diretrizes e a Educação voltada à afro-brasilidade. As perguntas que compõem as entrevistas estão divididas em quatro blocos. No primeiro estão questões relativas à identificação do professor (sexo, cidade em que trabalha, formação, anos de magistério, escolas em que trabalha, disciplinas que leciona). O segundo trata dos conhecimentos do docente acerca da lei 10.639/2003 e de que forma o professor trabalha os conteúdos afro e afro-brasileiros em sala de aula. Já o terceiro refere-se à avaliação dos materiais elaborados pelo Ministério da Educação, como o kit *A Cor da Cultura*. O quarto, finalmente, diz respeito à apropriação do professor, em sala de aula, e da produção editorial didática sobre

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

a cultura afro e afro-brasileira, bem como qual a maneira utilizada para se trabalhar questões sociais, como o racismo. A última questão diz respeito ao conhecimento e ao uso das cartilhas *Relações étnico raciais e de gênero* (2007), trabalhadas também como *corpus* de análise de nossa dissertação.

Assim, a partir das respostas, notamos que o problema da ausência ou da sub-representação de indivíduos negros e da afro-brasilidade também encontra suas consequências no espaço escolar que, em tese, é um local democrático e plural. Não necessariamente os professores são racistas e nem sempre os gestos e as classificações são racionalizadas, mas na sociedade nota-se a falha ao lidar com o racismo – ao invés de ser combatido, muitas vezes, ele é reforçado, inconscientemente.

Considerações finais

Após este exercício de reflexão, percebemos que há diferença entre o dispositivo da lei 10.639/2003 e a disposição com relação à lei. Ou seja, institucionalizar o direito ao acesso ao conhecimento da História e da cultura afro-brasileira é diferente da disposição em efetivá-la, pô-la em prática. As situações expressas nos dois curtas-metragens e, principalmente, nas falas dos professores evidenciam este paradoxo, por intermédio da resistência de indivíduos perante o convívio intercultural – marcando-se o eu e o outro. Assim, nota-se o paradoxo entre a existência da política pública com os atores sociais envolvidos (destacamos os professores) e a resistência e a dificuldades destes para se apropriarem da lei, afim de efetivá-la.

As respostas advindas dos professores são o reflexo de uma sociedade e tais denúncias e evidências de lacunas e preconceitos são a constatação da falha sistêmica, burocrática e pessoal. Afinal, não são todos os indivíduos que se permitem experienciar a

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

alteridade e toda experiência de vida é bagagem para interpretarmos o mundo – imagine, então, leitor, o papel social do professor diante deste panorama e os riscos que esta falta de experiência pode trazer à sala de aula e à formação dos discentes. Dessa forma, uma rede que deveria ser fortalecida, amparada pela lei para que os indivíduos conheçam mais sobre a identidade e História nacional (por intermédio da afro-brasilidade), rompe-se, justamente porque a institucionalização difere-se da efetivação. Em outras palavras, o fato de existir a lei não garante que ela seja cumprida e que o conteúdo afro-brasileiro e questões acerca da realidade do povo negro brasileiro, como o racismo, sejam abordados.

A historicidade da lei 10.639/2003 está relacionada às demandas do movimento negro bem como a necessidade do reconhecimento das manifestações culturais afro-brasileiras – como reconhecimento da própria identidade brasileira. Ou seja, resultado de lutas que só vieram a partir da segunda metade do século XX e começo dos anos 2000 – a lei 10.639 surgiu em 2003, por exemplo, e é consequência de tais demandas. Tal política pública não veio como um reconhecimento institucional gratuito, mas como o resultado de negociações e lutas do movimento negro.

Retomamos as entrevistas fechadas, concedidas pelos professores de São Paulo e do Rio Grande do Sul, e sua relação com o racismo institucionalizado. Além das respostas dos docentes de ambos os Estados, com a série de negativas e a constatação da efetivação das diretrizes da lei na sala de aula, destacamos o número de professores da rede estadual gaúcha que participaram da pesquisa: 10 contra 338 em São Paulo. Outro fato que nos dá base para afirmarmos a presença do racismo institucionalizado é a própria UFSM: apesar de coletivos e grupos de pesquisa voltados à temática afro-brasileira, há a resistência em se concretizar a existência do curso voltado à História e à cultura afro-brasileira nas licenciaturas voltadas à Educação.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

Enfatizamos que, a partir do nosso percurso teórico, procuramos evitar armadilhas do racismo e do preconceito, de modo que não procuramos retratar o indivíduo negro e a cultura afro-brasileira com base no colonialismo e nem em qualquer tipo de desqualificação. A vigilância da pesquisa foi para que o trabalho pudesse percorrer a trajetória da inter e da transculturalidade na leitura da afro-brasilidade. Os dois curtas-metragens aqui trabalhados, porém, partem do pressuposto do racismo e do preconceito de classe, temas os quais é impossível não se abordar também considerando as respostas dos professores. O intuito de nossa análise é o de dar equilíbrio ao percurso teórico que escolhemos, de modo a dar luz aos dois às reflexões dos dois objetos empírico escolhidos – os filmes e as entrevistas. Além disso, as películas fazem parte de produtos didáticos montados, justamente, para subsidiar a lei 10.639/2003. Vale lembrar que: endossamos a opinião dos professores de que falar sobre o racismo, a violência simbólica e a condição da população negra no Brasil hoje é fundamental para entendermos o nosso próprio contexto, que parte do Sul para o Sul. Destacamos também as consequências da própria História do Brasil: afinal, trata-se de um país que foi invadido e colonizado, que teve genocídio indígena e da comunidade negra jovem e periférica, adotou o regime escravista (desistindo deste somente devido às demandas capitalistas de consumo, sem qualquer tipo de indenização) – fatos que contribuem para a marginalização da população negra atualmente, interferindo também na representação afro-brasileira.

Referências bibliográficas

Filmes:

ARAÚJO, Joel Zito. **Vista minha pele**. Brasil, 23 min 50s, 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bxJvKnW9JYs>>. Acesso em 2 jun. 2015.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

SCHIAVON, Marco. **O xadrez das cores**. Brasil, 21 min 6s, 2004. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NavkKM7w-cc>>. Acesso em: 4 mai. 2015.

Livros:

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BOTEZINI, Natana Alvina. **Cabelos em transição**: um estudo acerca da influência dos cabelos afro como sinal diacrítico e reconhecimento étnico. GT Relações Raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas. 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Caxambu (MG): out. 2014.

BRASIL; CONGRESSO NACIONAL; CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto da igualdade racial**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/estatuto-da-igualdade-racial>>. Acesso em: 20 out. 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1963.

MARTINS, Lucienia Libania Pinheiro. **Afrorresilientes**: a resiliência de mulheres afrodescendentes de sucesso educacional. Centro de Ciências da Educação Prof. Mariano da Silva Neto. Programa de Pós-Graduação em Educação. Mestrado. Universidade Federal do Piauí: Teresina, 2013.

MORAES, Fabiana. **No país do racismo institucionalizado**: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE. Recife: Procuradoria Geral da Justiça, 2013.

PATROCINIO, Fernanda de Araújo. **O livro e o axé, o erê com Ganga Zumba: representações afro-brasileiras na produção editorial didática voltada à lei 10.639/2003 e apropriação dos professores**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2016.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. São Paulo, Record, 2002.

SOUSA-SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2009. Disponível em: <http://www.biblio.fae.ufmg.br/webbiblio/Bibliografia2013_arquivos/renovarateoriacrtitica%20Santos%20127%20p.pdf>. Acesso: 5 set. 2014.

12^o interprogramas de mestrado Faculdade Cásper Líbero

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.